



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

Rua da Prata, 99 – Fone (42) 3231-1668 CEP 84145-000 – Carambeí – Paraná
C.N.P.J. 01 .613 .766/0001-04 e-mail: cmc@camaracarambei.pr.gov.br

PROJETO DE LEI Nº018/2015

**DISPÕE SOBRE A RECOMPOSIÇÃO DOS SUBSÍDIOS
DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE
CARAMBEÍ.**

Autor: PODER LEGISLATIVO

Art. 1º - Fica autorizado a recomposição dos subsídios dos Vereadores, no percentual de 7,68 (sete virgula sessenta e oito por cento).

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2015.

CARAMBEÍ, SALA DAS SESSÕES, em 27 de abril de 2015.

Vereador JEVERSON GOMES DA SILVA Vereador ANDERSON VENTURA

Vereador BAUKE DE GEUS Vereador ELIO ALVES CARDOSO

Vereadora ELISANGELA P. DE OLIVEIRA Vereador HENRIQUE G HARMS

Vereador ILSON HEGLER P. DE OLIVEIRA Vereador INÁCIO POVAZ FILHO

Vereador JOEL ROSA Vereador JURACI RIBEIRO

Vereadora JUSSARA TONON



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

Rua da Prata, 99 – Fone (42) 3231-1668 CEP 84145-000 – Carambeí – Paraná
C.N.P.J. 01 .613 .766/0001-04 e-mail: cmc@camaracarambei.pr.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 018/2015

JUSTIFICATIVA

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A RECOMPOSIÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

A Câmara Municipal de Carambeí, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 28, inciso X, artigo 52, parágrafo 2º de seu Regimento Interno.

Considerando que a recomposição nos subsídios dos agentes políticos é permitida devido a perda do valor aquisitivo da moeda, devendo ser observados na fixação do subsídio, a incidência de índice oficial de recomposição do valor da moeda, o período mínimo de um ano para a revisão e os critérios e limites impostos na Constituição Federal e legislação infraconstitucional.

Considerando que o artigo 17 da Instrução Normativa nº 72/2012 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná determina que a *“revisão de subsídios dos Vereadores a partir do segundo ano da legislatura será possível sempre que os vencimentos dos servidores tenham sido reajustados no ano anterior”*.

Os subsídios de que trata esta Lei, serão corrigidos nas mesmas datas de revisão geral da remuneração dos servidores do legislativo municipal, observando o disposto no artigo 37, X e no artigo 29, VI, alínea b e inciso VII da Constituição Federal.

Considerando que o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, fornecido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acumulado no últimos doze meses foi fixado em 7,68% (sete virgula sessenta e oito por cento)

Considerando que mesmo com a recomposição do índice mencionado o valor encontra-se inferior a 30% (trinta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais, e que anexo está o impacto orçamentário financeiro que comporta esta recomposição.

Considerando que o artigo 37, X da Constituição Federal autoriza a revisão geral anual aos servidores públicos e aos agentes políticos, sempre na mesma data e sem distinção de índices, segue para votação o Projeto de Lei.